

Congresso já armou bomba fiscal de R\$ 259 bilhões para Bolsonaro

Dez projetos com renúncias e gastos avançam no Congresso; parlamentares negam estratégia

Bernardo Caram

No último ano do atual mandato, deputados e senadores armaram para o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), uma bomba fiscal de ao menos R\$ 259 bilhões, mostra levantamento da Folha.

O valor refere-se ao impacto nas contas públicas, nos próximos quatro anos, causado por dez projetos aprovados ou que avançaram no Congresso em 2018.

Apesar de o Orçamento estar sob regência de um teto que barra a expansão de gastos, os parlamentares aceleraram propostas que vão na direção contrária, seja com matérias de autoria do Legislativo, pressão por concessões em projetos editados pelo governo ou derrubada de vetos presidenciais.

As eleições deste ano, que vão deixar a maior parte dos atuais parlamentares sem vaga no Congresso a partir do ano que vem, não impediram a aprovação da chamada bomba fiscal. O resultado das urnas vai promover uma renovação de 51% da Câmara e de

85% das vagas disputadas no Senado.

Nesta semana, os senadores aprovaram aumento de 16% nos salários dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). O reajuste provoca um efeito em cascata que leva a aumentos salariais em todas as esferas do serviço público.

O impacto anual da medida chegou a ser estimado em R\$ 4 bilhões, mas novo cálculo da consultoria de Orçamento do Senado diz que o custo será de R\$ 5,3 bilhões ao ano.

Aplicada aos quatro anos de mandato de Bolsonaro, essa conta somará R\$ 21,2 bilhões. Utilizando a mesma lógica aos outros projetos analisados que geram impactos anuais diversos, essa fatura chega a R\$ 259 bilhões.

Também nesta semana, os parlamentares aprovaram a medida provisória do Rota 2030, que estabelece incentivos fiscais a montadoras de veículos. O projeto contraria as ideias da equipe de Bolsonaro, que critica a concessão de benefícios setoriais.

O custo anual será de R\$ 2,1

bilhões, mas o texto foi alterado para incluir penduricalhos que vão elevar o impacto.

Benefícios do Reintegra, regime que dá crédito tributário a exportadores, foram ampliados e novos setores foram desonerados. Não há estimativa de custo dessas alterações.

Também foi incluída a prorrogação do regime que concede benefícios a montadoras instaladas no Nordeste. O programa tem custo anual de R\$ 4,6 bilhões e terminaria em 2020. Agora, irá até 2025.

Após a aprovação, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), negou que o Congresso esteja produzindo bombas para estourar no governo Bolsonaro.

“Para evitar manchetes de jornal de que estamos produzindo pautas-bombas, quero evitar esse discurso fácil de pauta-bomba. Ao mesmo tempo que se prorroga o prazo [dos benefícios], faz uma redução dos incentivos hoje existentes em 40%”, disse na quinta-feira (8).

Entre as medidas aprovadas pelos parlamentares neste ano, está o refinanciamento de dívidas para pequenos produtores rurais. Na





tramitação, houve ampliação dos benefícios e do número de agricultores aptos a aderir ao programa, elevando o custo ao Orçamento de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 5,3 bilhões. O texto foi parcialmente vetado e será novamente analisado pelo Legislativo.

O Congresso também entrou em Confronto com o governo depois que Temer editou um decreto que reduziu a alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de concentrado de refrigerantes de 20% para 4%. Quanto menor a alíquota, menos créditos fiscais são gerados pelo setor.

Primeiro, o Senado aprovou uma medida para derrubar o decreto. O texto aguarda análise da Câmara. Depois, com pressão do setor e de parlamentares, o governo editou novo decreto restabelecendo parte do benefício. O recuo vai custar cerca de R\$ 700 milhões aos cofres públicos em 2019.

A lista da pautas-bomba tem a liberação da venda direta de etanol

das usinas aos postos de combustível (custo R\$ 2,4 bilhões ao ano), benefícios para transportadoras (R\$ 9 bilhões ao ano) e a derrubada de vetos para autorizar o refinanciamento de dívidas de pequenas empresas (R\$ 7,8 bilhões em dez anos) e reajuste salarial a agentes comunitários de saúde (R\$ 4,8 bilhões).

O governo ainda tenta adiar reajustes de servidores de 2019 para 2020, o que poderia gerar uma economia de R\$ 4,7 bilhões. Apresentada em setembro, a medida que trata do tema nem sequer teve comissão instalada pelo Congresso. O texto precisa ser aprovado até 10 de fevereiro de 2019, ou perderá a validade.

Parlamentares pressionam também pela compensação da União aos estados pela desoneração de ICMS na exportação. Projeto sobre o tema, com custo anual de R\$ 39 bilhões, foi aprovado em comissão mista e precisa ser votado nos plenários da Câmara e do Senado.

Efeito Brasília

Adriana Fernandes

O Orçamento de 2019 é o próximo alvo das lideranças políticas que manobram as votações ao longo da semana no Congresso e impuseram perdas importantes ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. A principal delas é o reajuste dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com efeito cascata para os Estados, e o risco de reversão, pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski, da medida provisória que adia reajustes nos salários dos servidores de 2019 para 2020, com base num parecer elaborado pelo Senado Federal. Há risco de a lei orçamentária não ser aprovada até o fim do ano por conta de manobras protelatórias já esperadas do presidente do Congresso, Eunício Oliveira (MDBCE).

Aliado do PT e sem mandato a partir de 2019, Eunício já deu o tom do estrago que pode fazer nas poucas semanas que faltam dos trabalhos legislativos. Terá muito poder até lá para detonar novas votações. Em entrevista ao repórter Felipe Frazão do Estado, o emedebista soltou o verbo e avisou que, “até o último dia em que for presidente, ninguém vai interferir nesse Poder”. Eunício contou, com certo desdém, que o senador eleito major Olímpio (PSL-SP), um dos

principais aliados de Bolsonaro, ao lhe procurar para pedir o seu gabinete e um apartamento funcional, lhe disse: “Olha, eu estou com vergonha de que alguém não tenha procurado o presidente do Congresso sobre pautas aqui”. Sem Orçamento, Bolsonaro e o seu superministro da Economia, Paulo Guedes, terão de gastar tempo no início do novo governo negociando a votação da peça orçamentária.

A julgar pela movimentação nos bastidores dessa primeira semana de transição, Guedes e sua equipe já demonstraram que não fazem muita questão de ter o Orçamento aprovado ainda em 2018. Nenhum gesto foi feito para procurar os interlocutores do Congresso. Tudo indica que preferem deixar a tarefa para depois, já com a nova estrutura de ministérios. É erro, porém, deixar a votação para 2019. A negociação do Orçamento retardaria o avanço da reforma previdenciária a partir de fevereiro, quando o Congresso se instala e o jogo político recomeça com os novos senadores e deputados eleitos.

Apesar das movimentações recentes de Bolsonaro, sugerindo que as mudanças nas regras da Previdência poderão ser aprovadas este ano, ninguém de verdade no

Congresso acredita que a reforma sai até dezembro. Nem o mais otimista dos otimistas. O que tem mais chance de ser aprovado ainda em 2018 é o projeto para criar uma alíquota previdenciária complementar a ser cobrada dos servidores públicos. Uma ajuda fundamental para os governadores que começam 2019 com os cofres vazios e estão cobrando essa solução. Alguns governadores já elevaram suas alíquotas regulares, mas há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) que questiona se há ou não um teto (que seria de 14%) para a alíquota. A ação foi motivada porque o Estado de Goiás elevou sua alíquota para 14,25%.

O mérito ainda não foi julgado pela Corte, mas há grande expectativa dos governadores por uma decisão. A aprovação de um projeto para implementar uma contribuição complementar é o que vai ajudar os Estados a ter o respaldo nacional. Mas nem a proposta de alíquota adicional para os servidores teve respaldo de Bolsonaro, que dias antes havia ele mesmo aventado a possibilidade de fazer uma reforma “light” por meio de leis infraconstitucionais. Nesta sexta-feira, Bolsonaro negou as mudanças. É tamanha a confusão na pauta





econômica que as declarações de Bolsonaro e sua equipe estão deixando todo mundo desorientado. Sobram propostas e recuos. E falta rumo certo.

Talvez por isso Paulo Guedes esteja com dificuldades em anunciar a sua equipe de colaboradores mais próximos nos cargos mais importantes da equipe econômica, como Banco Central, bancos públicos e empresas estatais. A indicação de Sérgio Moro para o Ministério da Justiça também trouxe a preocupação adicional de que o juiz possa esticar a corda com o Congresso e atrapalhar a agenda econômica. A primeira semana de transição mostrou que, após a redoma de proteção criada pelos seus auxiliares mais próximos na sua residência em condomínio fechado na Barra da Tijuca em seguida à eleição, Bolsonaro teve um encontro nada fácil com a capital. É o “efeito Brasília”.

SETOR PÚBLICO »

BNDES reage a fala de Bolsonaro

» ROSANA HESSEL

Ao prometer abrir a “caixa-preta” do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), provocou reações de funcionários e do ex-presidente da instituição, Luciano Coutinho, que emitiram notas, ontem, em contraponto às afirmações.

A declaração de Bolsonaro insinuou que houve irregularidades em aportes a empresas envolvidas em escândalos de corrupção, como a JBS, e financiamento de obras controversas em Cuba, país com alinhamento ideológico aos governos petistas. Entre 2008 e 2014, o Tesouro aportou R\$ 440 bilhões no BNDES, de acordo com a instituição. Desde o fim de 2015 até agora, foram devolvidos R\$ 310 bilhões, fazendo com que o estoque de repasses da União caminhe para

fechar o ano perto de R\$ 270 bilhões, em valores corrigidos.

A Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) declarou que, além de prestar contas regularmente ao Banco Central, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), “o BNDES vem sendo investigado, há quatro anos, por diversos órgãos de controle e foi submetido a três comissões parlamentares de inquérito (CPIs), Operação Lava-Jato, Operação Bullish, Comissões de Apuração Interna e Auditoria Independente”.

“Até o momento, não há nenhuma evidência que comprometa a atuação dos empregados do BNDES em qualquer esquema de corrupção”, frisa a nota. A entidade ainda afirmou que, em relação ao “sigilo bancário”, o banco cumpre normas previstas em lei. “O BNDES divulga suas operações de forma ampla e

transparente, sem paralelo com qualquer outro banco”, destacou o documento.

Coutinho, que comandou o BNDES entre 2007 e 2016, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, destacou que auditoria interna, realizada pelo banco após a sua gestão, “concluiu seus trabalhos em agosto (de 2018) sem identificar qualquer indício de ilícito em operações da instituição com o frigorífico JBS, alvo da referida investigação”.

“Da mesma forma, auditoria externa, ainda em curso, realizada por empresa internacional independente, não encontrou, até o momento, nenhuma evidência de irregularidade ou de concessão de vantagens indevidas em relação a quaisquer empresas do grupo J&F, conforme constata a Associação dos Funcionários do BNDES”, completa a nota do ex-presidente da instituição.